
CAPÍTULO 4. O papel de Manuel Heleno, no contexto da arqueologia portuguesa na 1ª metade do séc. XX

“Esta falta de ética científica está agora muito em voga no campo arqueológico. Nenhum respeito pelo trabalho alheio: como lobos famintos, os que andam aos caídos, espreitam o momento de se lançar, desmembrar e devorar (note-se bem devorar) o que pertence aos outros! Em vez de investigação e labor próprios apascentam-se em seara de outrem, mas como burros num faval. Muito cómodo mas pouco digno.”

(M. Heleno, 1966: 544)

4.1. Os antecedentes

A segunda metade do séc. XIX marca uma etapa inaugural na arqueologia portuguesa, reflectindo, eventualmente com algum atraso, os avanços gerais da disciplina. A consciencialização da grande antiguidade da Terra e do Homem, a Teoria das Três Idades e os trabalhos de C. Darwin, repercutiram-se no interesse pelo estudo do homem em tempos anteriores à Escrita, liberto do espartilho das interpretações dos textos bíblicos.

Em Portugal, este processo é, até certo ponto, relacionável com o novo quadro mental que surgiu na sequência das alterações políticas de 1834, a qual permitiu o desenvolvimento de “um espírito científico e tecnológico moderno, que se traduz no campo cultural pela criação de infra-estruturas do Pensamento e da Acção” (Diniz e Gonçalves, 1993-1994: 179).

Assistiu-se a um vasto movimento da historiografia regional e local, de teor positivista, que pretendia criar as bases para uma História de Portugal, com bases científicas. Em cada região do país, em maior ou menor grau, surgiram historiadores empenhados em basear as suas investigações em fontes arquivísticas, arqueológicas, etnográficas, etc.

Este novo impulso conduziu à criação de várias sociedades ligadas às ciências naturais e sociais, como a *Sociedade Archeologica Lusitana* (1849), a *Comissão Geológica de Portugal* (1857), a *Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses* (1863), a *Sociedade Martins Sarmiento* (1883), a *Sociedade Carlos Ribeiro* (1890), a *Sociedade Archeologica da Figueira* (1898) que passou posteriormente a designar-se *Sociedade Archeologica Santos Rocha* (1904), entre outras. Na mesma

época, importa referir ainda a actividade da *Comissão Geológica de Portugal*, que, em paralelo com os estudos geológicos, incidiu igualmente na área da arqueologia.

A actividade científica destas instituições espelhou-se nas múltiplas publicações periódicas que foram sendo criadas, como a *Revista de Guimarães* (1884), a *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes* (1890), que por extinção deu origem à revista *Portugália* (1899), *O Archeologo Português* (1895), o *Boletim da Sociedade* (criado para publicar os artigos da Sociedade Archeologica Santos Rocha, quando a revista *Portugália* deixou de ter capacidade para o fazer).

Entre estes pioneiros da arqueologia portuguesa é justo salientar alguns nomes que contribuíram substancialmente para o avanço e a consolidação da arqueologia pré-histórica em Portugal, com destaque para os investigadores da Comissão Geológica, Carlos Ribeiro, Nery Delgado e F. Pereira da Costa, que avançaram com a inventariação (e escavação) de numerosas jazidas, divulgadas através das monografias arqueológicas desta Comissão, a partir de 1865.

Estácio da Veiga desenvolveu, por sua vez, uma actividade verdadeiramente notável, centrada na região algarvia, de onde era natural e que considerava abandonada por parte do poder político. Toda a sua investigação teve o intuito de “glorificar” o Algarve, através de escavações e inventariação de sítios e da sua posterior publicação na obra monográfica “*Antiguidades Monumentaes do Algarve*”.

A actividade de Santos Rocha foi, tal como a da maior parte dos arqueólogos deste período, bastante diversificada não só em termos espaciais, como também cronológicos. Os resultados das suas investigações, quase sempre realizadas sem quaisquer subsídios, foram dispersos pela maior parte das revistas existentes: Santos Rocha tentou, desse modo, manter-se afastado das polémicas e das rivalidades que, ontem como hoje, dividiam a comunidade arqueológica; no entanto, a sua ligação ao Porto levou-o, mais que uma vez, a tomar partido pelo Norte, nas várias quezílias científicas e pessoais em que a clivagem Norte/Sul emergia.

Leite de Vasconcellos, por sua vez, teve uma acção preponderante na arqueologia portuguesa enquanto fundador e director do Museu Etnológico Português e, a partir de 1911, com a reforma do ensino universitário, também como Professor. O projecto de constituir, nesse Museu, uma colecção representativa de todo o território nacional, levou-o a percorrer o país e a estabelecer e cultivar uma rede de informadores/colaboradores regionais; por outro lado, as saídas que efectuava e as recolhas de espólios ou somente de informações, eram normalmente publicadas no

Archeologo Português, de que foi igualmente o fundador, criando uma base de dados que, ainda hoje, constitui uma importante fonte documental para a investigação arqueológica.

Em termos de qualidade científica, o trabalho destes pioneiros é considerado, regra geral, bastante satisfatório, tendo alguns deles efectuado excelentes registos dos dados estudados, como foi o caso de A. Santos Rocha, em Santa Olaia. As principais lacunas verificam-se “no estabelecimento dos primeiros ensaios de caracterização e seriação cultural e tipológica (...) também, por manifesta dificuldade para a construção de discursos de síntese.” (Fabião, 1999: 119)

Se, na 2ª metade do séc. XIX se assistiu, em Portugal, a um considerável desenvolvimento da arqueologia em termos gerais, mesmo quando comparamos com o que se passava noutros países europeus, no 1º quartel do séc. XX a situação estagnou ou inverteu-se; deste quadro negativo sobressai, pela qualidade e pioneirismo, o trabalho de Vergílio Correia, sobre o megalitismo de Pavia.

De facto, os grandes projectos existentes, quer a nível de Sociedades ou das Instituições públicas (Sociedade Archeologica Santos Rocha, Comissão Geológica), quer de publicações (Portugalia), estiveram activos enquanto existiram os seus fundadores; a morte destes ou o seu afastamento de Portugal (como foi o caso de Ricardo Severo, que partiu para o Brasil), acabaram por conduzir ao abandono dos projectos que dirigiam.

Segundo Carlos Fabião (Fabião, 1999: 118) “para além das múltiplas crises, políticas, económicas, institucionais, dos fins do séc. XIX e inícios do séc. XX, por si só limitadoras, as taxas de analfabetismo das populações permaneceram bastante elevadas (...) e as instituições de Cultura (...) desprestigiaram-se, tornando-se verdadeiros alvos preferenciais da chacota pública...”

As últimas décadas do séc. XIX e a primeira metade do século seguinte foram, tal como hoje, marcados por confrontos mais ou menos directos e sistemáticos entre alguns arqueólogos mais proeminentes do nosso meio. Uma das figuras mais contestadas foi precisamente Leite de Vasconcellos, enquanto director do Museu e responsável pela publicação do *Archeologo Português*. Esta confrontação, que tinha por base o modo alegadamente prepotente como dirigia e organizava o Museu e a revista, teve o seu apogeu entre os anos de 1911 e 1913, com repercussões públicas através da imprensa diária (Gouveia, 1993-1994: 48-49).

A revista *Portugália*, criada por oposição ao *Archeologo Português*, veio também despoletar ou acentuar rivalidades entre os seus directores (Leite de Vasconcellos e Ricardo Severo, Rocha Peixoto), reflectidas e ampliadas pelas facções que os apoiavam. Como pomo das discórdias haveria, para além dos aspectos pessoais e institucionais envolvidos, diferenças de ordem científica e ideológica relacionadas com as distintas concepções dos dois grupos sobre as Ciências Sociais, em geral, e a Pré-história, em particular (Pereira, 1993-1994: 91-92).

Pela influência que certamente teve na futura investigação de Manuel Heleno (por muito que este não o tenha assumido) e por ter sido, no âmbito do estudo do Megalitismo, um caso exemplar na sua época, merece um particular destaque o trabalho desenvolvido por Vergílio Correia.

4.2. O contexto geral do trabalho de Manuel Heleno

Por volta dos inícios do 2º quartel do séc. XX, Manuel Heleno deu início ao seu projecto de estudo do Megalitismo funerário alentejano e durante cerca de duas décadas monopolizou completamente o tema. É certo que, num ou noutro caso, abriu mão do seu domínio exclusivo e aceitou colaboradores, nomeadamente os alemães Georg e Vera Leisner ou Hugo Obermaier, mas tratou-se certamente de excepções à regra, através das quais Manuel Heleno procuraria ultrapassar algumas inconsistências do seu currículo.

Mais grave, do ponto de vista científico foi, no entanto, o facto de não ter publicado a informação recolhida; se as razões deste gesto são difíceis de descortinar, as consequências foram lamentáveis e proporcionaram argumentos de peso aos seus adversários.

Podemos, certamente, conjecturar que, numa primeira fase, não tenha publicado à espera de obter as provas insofismáveis para as teses que defendia e, depois de terminados os trabalhos de campo, não tenha publicado justamente por saber que as não tinha obtido.

É verdade que, de certo modo, Manuel Heleno foi divulgando os alegados resultados das suas intervenções e, sobretudo, as leituras que sobre eles foi fazendo; fê-lo, por diversas vezes, na imprensa diária, e, principalmente, no decurso da sua actividade como Professor na Faculdade de Letras; porém, de uma forma geral, não os disponibilizava à restante comunidade científica, nem deixava estudar os materiais delas decorrentes que, aliás, ficaram “imobilizados” no MNA, uma vez que estavam

identificados por códigos, cuja chave constava exclusivamente dos famigerados *Cadernos de Campo*.

Mesmo o casal Leisner que, aparentemente, mantinha com ele boas relações – na região, realizaram pelo menos uma intervenção em conjunto (Anta 3 do Azinhal, Ciborro) – foi impedido de utilizar a maior parte dos dados de Manuel Heleno no *corpus* sobre o megalitismo que constitui, ainda hoje, o ponto de partida para quase todos os trabalhos, de índole regional, no Sudoeste peninsular e não só (Leisner e Leisner, 1956, 1959).

Na publicação póstuma de um trabalho de Vera Leisner sobre os micrólitos depositados no Museu Nacional de Arqueologia, Philine Kalb refere no prefácio que “o responsável pelas escavações e pelo Museu manteve sempre a chave do seu código, também Vera Leisner estava limitada a suposições quanto à correspondência entre os espólios e os monumentos, que geralmente conhecia do trabalho de campo, durante o qual ela e o seu marido chegaram até a presenciar algumas das escavações. Ainda assim, dos 136 espólios por ela documentados, Vera Leisner apenas de 4 sabia quais os respectivos monumentos (...). Apesar da limitação que constitui o desconhecer a procedência, bem como a relação entre arquitectura tumular e espólio, o simples facto de poderem tomar conhecimento deste material devia significar uma grande sorte para Georg e Vera Leisner, considerando que não lhes tinha sido permitido inclui-lo na sua obra sobre o megalitismo alentejano; ele teria mais do que duplicado a base material desta obra exaustiva. Este facto terá contribuído para que Vera Leisner se tenha dedicado logo após a morte do seu marido à conclusão da documentação deste material, mesmo nos dias antes e depois do Natal de 1957...” (Kalb, 1985: 2, *in* Prefácio a Leisner, 1985)

Efectivamente, mais do que as propostas interpretativas divulgadas por Manuel Heleno – fundamentadas em dados que ninguém podia discutir, por permanecerem inéditos – mas que, em termos gerais pareciam genericamente aceitáveis, as críticas que lhe foram dirigidas contestaram principalmente essa omissão, a par do poder de que desfrutava, como Director do Museu Nacional de Arqueologia, na política arqueológica portuguesa da época.

A actividade de Manuel Heleno foi, como referi, frequentemente alvo de críticas e contestação. Enquanto Director do Museu teve, tal como o seu antecessor (Leite de Vasconcellos) uma forte oposição por parte da comunidade arqueológica, devido ao monopólio que exercia sobre os sítios arqueológicos. A própria legislação

existente facilitava este privilégio. Segundo J.L. Cardoso, “aquela Instituição detinha autoridade para intervir nos achados arqueológicos que se efectuassem em qualquer ponto do território nacional, o que, naturalmente, poderia criar atritos com investigadores locais ou de outras Instituições cuja prioridade nas descobertas era legítima” (Cardoso, 1993-1994: 298).

De facto, a publicação da lei que regulamentava a actividade arqueológica em Portugal (Cap. III do Decreto 21117, de 18/IV/1932, *Das escavações e arrolamento das antiguidades nacionais*), investiu o Director do Museu de competências para autorizar, fiscalizar e suspender as escavações arqueológicas que se realizavam em Portugal, atribuindo-lhe ainda a possibilidade de reivindicar para si a prioridade científica dos sítios que considerasse mais relevantes.

Esta legislação veio a tornar-se a base de todos os conflitos que se iniciaram, logo no ano seguinte, entre Manuel Heleno e outros arqueólogos, particularmente com Mendes Corrêa. De facto, durante o ano de 1933 a polémica entre estes dois arqueólogos foi feita através da publicação de cartas na imprensa diária, com acusações de parte a parte.

Logo no início de 1933 (22/1/1933), Manuel Heleno publicou uma carta no *Diário de Notícias*, onde se insurgiu contra as movimentações levadas a cabo por alguns arqueólogos (A. Mendes Corrêa, Joaquim Fontes, Afonso do Paço e Eugénio Jalhay) junto do Ministro da Instrução Pública, no sentido de ser criado um organismo que equilibrasse a situação criada pelo Decreto de 1932. Esta carta para além de considerar que tais pretensões não tinham qualquer fundamento, faz algumas insinuações sobre a capacidade científica de E. Jalhay e alude à sua pretensão de realizar escavações em Muge (até aí a cargo de Rui Serpa Pinto), alegando a necessidade de “preencher uma lacuna existente nas colecções do Museu” (Fabião, 1999: 122). Esta *démarche* relaciona-se naturalmente com os trabalhos que, por essa altura, desenvolvia nas antas alentejanas e com a sua concepção indigenista do megalitismo regional.

Obviamente, este tipo de missiva não podia ficar sem resposta e, quatro dias depois (em 26/1/1933), Mendes Corrêa publica a sua resposta, no mesmo jornal. Trata-se de uma carta onde apresenta o seu protesto pelas pretensões de M. Heleno às escavações de Muge, pela possibilidade do Museu vir a contratar um antropólogo estrangeiro para estudar os restos osteológicos recuperados e, por último, referia o excessivo poder concentrado nas mãos de alguém com pouco *curriculum* técnico e científico (Fabião, 1999: 123).

Manuel Heleno reagiu de imediato (31/1/1933) publicando, no mesmo jornal a sua resposta “violentíssima, ultrapassando largamente o domínio científico (ainda que o invoque detalhadamente), para se situar no domínio da ofensa pessoal. Registe-se, como curiosidade, que, em abono do seu *curriculum* invoca a ampla documentação inédita das suas escavações, que teria depositada no Museu. Trata-se, ao que julgo saber, da primeira notícia sobre os célebres ‘*Cadernos de Campo*’...” (Fabião, 1999: 123)

A fechar esta polémica é publicado ainda no Diário de Notícias de 3/2/1933, uma carta de Mendes Corrêa, onde este dá por terminada a polémica mas onde reafirma a sua opinião sobre a (in) capacidade científica de Manuel Heleno e o excessivo poder que este detinha. (Idem, *ibidem*: 123)

Como resultado desta polémica foi criada, ainda nesse ano, a Junta Nacional de Escavações e Antiguidades (Decreto 31225, de 12/10/1933) que tinha apenas, como órgão consultivo, a Associação dos Arqueólogos Portugueses (Idem, *ibidem*: 123).

Face a esta nova situação, Leite de Vasconcellos decide intervir escrevendo ao Ministro da Instrução Pública (em 5/3/1934), no sentido de solicitar uma maior representatividade na referida Junta, com a inclusão de representantes da Sociedade Martins Sarmento (Guimarães), da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (Porto). Esta proposta veio a ser aceite pelo Ministro que decidiu então pela nomeação anual de um representante de cada uma das instituições.

A partir desta data, os conflitos criados pelos interesses de Manuel Heleno nos sítios arqueológicos, foram geridos pela Junta Nacional de Educação. Uma das curiosidades foi que alguns arqueólogos procuravam enviar para o Professor Mendes Corrêa (que fazia parte desse órgão) os relatórios das suas actividades, para que este os pudesse ajudar, em caso de conflito directo com Manuel Heleno. Esta comunicação tinha por objectivo salvaguardar a prioridade científica sobre os sítios descobertos – revelando, obviamente, alguma desconfiança nesse domínio – e, simultaneamente, assegurar a posterior autorização e eventuais subsídios para a sua escavação.

Ficavam, até certo ponto, imunes ao conflito directo com Manuel Heleno, os investigadores dos Serviços Geológicos de Portugal, por estar previsto na sua lei orgânica a investigação na área da arqueologia pré-histórica e por, devido a esse facto, também se encontrarem representados na Junta Nacional de Educação (Cardoso, 1993-1994).

A publicação da correspondência de diversos investigadores tem vindo a demonstrar as relações tensas existentes entre Manuel Heleno e maior parte da

comunidade arqueológica da época. Numa carta de Veiga Ferreira para Abel Viana, recentemente publicada, este refere ter explorado “também galerias megalíticas no género das de Monchique (...) Infelizmente muito pouco espólio. Nada dos nossos tão simpáticos micrólitos à coche. A área penso estar virgem do *cortina de Ferro* e agora já ele não mete lá o nariz. Foi tudo comunicado à Junta. O melro teve enfim a coragem de dizer que o túmulo do Lousal era uma coisa muito curiosa e que não conhecia igual nos dolmens do Alentejo. (...) explorou tanta coisa e apesar disso Deus não o beneficiou com um monumento como o nosso. Estou a ver a cara do bicho quando ler o trabalho do nosso Amigo Roche (...) vai rebentar como uma castanha (...) E é este *sábio* vogal da Junta e Director do maior museu de Portugal!” (Cardoso, 1993-1994: 308).

Em outras cartas de Veiga Ferreira também para Abel Viana refere, por exemplo: “agradeço a sua ara de Apolo e creio que o *grego* deveria ter tido uma explosão de bílis.” (Cardoso, 1993-1994: 313) ou “Neo-Eneolítico cobre tudo e ninguém nos poderá dizer nada, nem mesmo o lunático Santa-Olalla nem o outro não menos lunático que ele – Heleno. De facto, e embora o Neolítico em Portugal esteja muito mal conhecido (não acredito no Neolítico helénico!...(Idem: 325 - 326).

Apelidado de *grego*, *lunático*, *cortina de Ferro*, *melro*, *bicho* e depreciativamente de *sábio*, Manuel Heleno tinha, para alguns, muito pouca credibilidade.

Mas as críticas estendiam-se também à sua actuação enquanto Professor na Faculdade de Letras. A propósito desse assunto escreve Veiga Ferreira a Abel Viana “sobre o programa da Faculdade de Letras digo-lhe só isto. Era bem melhor que, em vez de matarem a cabeça, aos desgraçados que têm que tirar a Licenciatura em Letras, com asneiras sobre asneiras, ensinassem aos assistentes como se conhece um calhau trabalhado. Mas como o podem fazer? Os Prof. da cadeira e isto a partir mesmo de Leite de Vasconcellos, nunca o souberam!!! Deixe-os andar quanto mais burros doutores existirem melhor” (Idem: 326)

Num recente artigo sobre o Museu Nacional de Arqueologia, a própria Irisalva Moita, critica a acção de Heleno, enquanto Director, sugerindo que “o estado de degradação e grande confusão a que chegou o museu recai principalmente sobre as várias direcções que se seguiram e que foram assistindo com indiferença à sua desvalorização continuada, a começar pelo director que se lhe seguiu, o professor Manuel Heleno, alias discípulo do grande Mestre” (Moita, 1993-1994: 146).

Algumas destas críticas podem dever-se, em parte, à rápida ascensão de Manuel Heleno (aos 35 anos) a um lugar de topo na arqueologia portuguesa tendo em conta a sua juventude (sobretudo se comparado com Mendes Corrêa e Vergílio Correia) e a sua ainda pouca experiência. A necessidade de rapidamente se credibilizar perante os seus pares, ou sobretudo, perante a opinião pública e os poderes políticos, levou-o a enveredar por uma carreira mais mediática, com a publicação de notícias/entrevistas de grande impacto, como as que foram publicadas nos jornais *Diário de Notícias* (28/3/1932), *Diário da Manhã* (29/1/1950) e *Cartaz* (15/11/1955), onde defendia a existência de uma raça com caracteres próprios e a importância da cultura megalítica na definição da própria nacionalidade portuguesa, com base nas intervenções arqueológicas na área do Ciborro e em Carenque.

Os conflitos de Manuel Heleno com a comunidade arqueológica em geral (incluindo também a Associação dos Arqueólogos Portugueses) agitaram a arqueologia portuguesa, entre os anos 30 e 50 do séc. XX, e levaram mesmo alguns arqueólogos a evitar entregar o espólio, recolhido nas suas intervenções, ao Museu Etnológico.

De referir ainda que após a morte de Leite de Vasconcellos, Manuel Heleno passou a criticar também o seu antecessor, alegando ter herdado um Museu com graves problemas de índole museológica por “não existir nem verba nem condições para fazer do Museu Etnológico um verdadeiro ‘Museu Imperial’, de índole científica decorrentes do modo como foram realizadas as escavações, que classifica de ‘precipitadas, incompletas, olhando mais à tipologia, mais ao objecto que às circunstâncias que o rodeavam’ e também devido a um suposto ‘desconhecimento sobre todas as questões e problemas, bem como das realidades de todas as épocas do nosso passado’ ” (Fabião, 1999: 124).

Independentemente da análise positiva ou negativa que se faça do percurso de Manuel Heleno à frente da arqueologia portuguesa e dos conflitos por ele gerados, a verdade é que foi já só a partir dos finais da década de quarenta que o impasse começou a ser ultrapassado e vieram finalmente a lume novos inventários, alguns deles bastante exaustivos, e os resultados de um número relativamente elevado de escavações, de que destaca, em todos os parâmetros, o casal Leisner (1948-49; 1956, 1959).

4.3. Vida e obra de Manuel Heleno (1894 – 1970)



Fig. 4.1. Fotografia de Manuel Heleno.

Manuel Domingues Heleno Júnior nasceu em Monte Real (Leiria) a 11 de Novembro de 1894. Fez o Liceu em Leiria e licenciou-se em História e Geografia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Fez ainda algumas cadeiras do curso de Bibliotecário – Arquivista e do de Direito, na mesma Universidade, do qual veio a desistir para se dedicar à investigação.

Após uma breve passagem como professor do Ensino Liceal no Liceu Camões e Passos Manuel, em Lisboa, tornou-se Assistente da Faculdade de Letras de Lisboa, a partir de 1923. Em 1930 passou a Professor auxiliar e, em 1933, faz o doutoramento, seguindo-se as provas para Professor catedrático, em que obteve a unanimidade do júri.

Entre 1935 e 1939 foi secretário da Faculdade de Letras e director de 1959 a 1964, altura em que foi obrigado a abandonar o cargo por ter atingido o limite de idade.

Ocupou o cargo de conservador do Museu Etnológico (hoje MNA) a partir de 1921 e tornou-se o seu Director a partir de 1929, cargo que manteve até 1964.

Por influência sua foi criado em 1942 o Centro de Estudos Históricos e Arqueológicos, pelo Instituto de Alta Cultura, cuja sede ficou no Museu Etnológico. Este Centro veio posteriormente a ser dividido entre o Centro de Estudos Históricos e o Centro de Estudos Arqueológicos, este último sob a direcção de Manuel Heleno.

A sua intensa actividade levou-o ainda a participar em outros sectores da cultura portuguesa. Foi vogal do Conselho Nacional dos Museus (1952), pertenceu ao Conselho Superior de Belas – Artes, ao Conselho de Estágio dos Museus (1953), foi Presidente durante vários anos das secções de Etnologia e de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Pertenceu ainda ao Comité Internacional de Ciências Históricas, à Real Academia de la Historia (Madrid), ao Deutches Archäologisches Institut e à Academia Portuguesa de História.

Foi Procurador à Câmara Corporativa, pela Academia Portuguesa de História, instituição que diversas vezes representou como elemento do júri na atribuição do Prémio D. João II. Foi ainda Vogal da Junta Nacional da Educação.

Participou e colaborou em vários eventos científicos; XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Lisboa, 1932), onde secretariou as 6ª e 7ª secções; Jornadas Arqueológicas de Sintra (Sintra, 1957), onde presidiu a uma das sessões de trabalho; Congresso Internacional de História dos Descobrimentos (Lisboa, 1960), onde presidiu à 4ª Subsecção; V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (Coimbra, 1963), onde foi Vogal da Comissão organizadora; I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958), que se realizou por proposta sua e onde participou; IV Congresso Pedagógico do Ensino Secundário Oficial (Évora, 1930), onde foi o Presidente da 4ª Sessão Plenária; 2ª Conferência dos Conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais (Lisboa, 1961), onde colaborou e foi membro da Comissão Executiva.

Como arqueólogo, a sua actividade foi também muito diversificada, quer em termos geográficos, quer em termos cronológico-culturais.

Realizou nomeadamente escavações na área de Leiria, Rio Maior, Caldas da Rainha, Óbidos, Torres Vedras, Lisboa, vale do Sado, Montemor-o-Novo, Estremoz, Monforte, Moura, entre outras, em estações pré-históricas e romanas. Entre estas, destacam-se, pela sua importância e pela relação, directa ou indirecta, com o tema deste trabalho, as escavações realizadas nos concheiros do Sado, em grutas (naturais e artificiais) e em alguns povoados pré-históricos.

Da lista das suas publicações, consta, por ordem cronológica:

1919 – *A Geografia no ensino secundário*. Lisboa: Tip. Do Comércio.

1922 – Antiquidades de Monte-Real. *O Archeologo Português*. Lisboa. XXV, p.104.

1922 – Carthailac e a arqueologia portuguesa. *O Archeologo Português*. Lisboa. XXV, p. 299-305.

1923-24 – Museu Numismático da Casa da Moeda. *O Archeologo Português*. Lisboa. XXVI, 343-345.

1923-24 – Recensão bibliográfica “Os povos primitivos da Lusitânia, de Mendes Correia”. *O Archeologo Português*. Lisboa. XXVI, p. 345-348.

1923-24 – Recensão bibliográfica “Catálogo das Moedas Indo-Portuguesas do Museu Municipal do Porto, de Damião Peres”. *O Archeologo Português*. Lisboa. XXVI, p. 345-348.

1923-24 – Recensão bibliográfica “Revista de Estudos Históricos. V.1. de Damião Peres”. *O Archeologo Português*. Lisboa. XXVI, p. 345-348.

1923-24 – Recensão bibliográfica “La civilization éneolithique. Nils Aberg”. *O Archeologo Português*. Lisboa. XXVI, p. 345-348.

1923-24 – Recensão bibliográfica “Arqueologia e História. Vols. I, II e III. Nils Aberg”. *O Archeologo Português*. Lisboa. XXVI, p. 345-348.

1923-24 – Necrolégio: José Ferreira Braga. *O Archeologo Português*. Lisboa. XXVI, p. 348-349.

1923-24 – O Reguengo de Ulmar. *O Archeologo Português*. Lisboa. XXVI, p. 331-341.

1924 – *Do destino e origem da moeda*. Lisboa: [s.n.].

1924 – *Do estudo e origem da moeda. Lição de abertura da cadeira de numismática*. Lisboa: Anuário Comercial.

1930 – Lição inaugural da Cadeira de Arqueologia. *O Archeologo Português*. Lisboa. XXVII, p. 13.

1930-33 – Notícia de alguns instrumentos neolíticos de grande comprimento. *O Archeologo Português*. Lisboa. XXIX, p.170-173

1930-33 – Tampas sepulcrais insculturadas da época do bronze. *O Archeologo Português*. Lisboa. XXIX, p.186-189.

1930-33 – Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcellos. *O Archeologo Português*. Lisboa. XXIX, p.1.

1930-33 – Nova organização do Museu. *O Archeologo Português*. Lisboa. XXIX, p.209.

1930-33 – Arquivo de Arqueologia Portuguesa. *O Archeologo Português*. Lisboa. XXIX, p.253.

1932 – Grutas artificiais do Tojal de Vila Chã (Carenque). *Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*. Lisboa.

1932 – *Colaboração portuguesa nos descobrimentos náuticos das outras nações*. Lisboa: Of. Gráfica da Empresa do Anuário Comercial.

1933 – *Subsídios para o estudo da regência de D. Pedro, Duque de Coimbra*. Lisboa: Tipografia da Empresa do Anuário Comercial.

1933 – *O descobrimento da América*. Lisboa: Tip. Da Empresa do Anuário Comercial.

1933 – *Os descobrimentos marítimos dos portugueses e os progressos da geografia*. Lisboa: Tipografia da Empresa do Anuário Comercial.

1933 – Arquivo da arqueologia portuguesa. *O Archeologo Português*. Lisboa. XXIX, p. 348-349.

1933 – *Os escravos em Portugal*. Lisboa: Anuário Comercial. 1. (tese de doutoramento em Ciências Históricas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

1933 – *Os Portugueses no Congo: Duarte Lopes*. Lisboa: Tipografia da Empresa do Anuário Comercial.

1935 – Joias pré-romanas. *Ethnos*. Lisboa, p. 229-232

1935 – O Instituto de Arqueologia e a revista «Ethnos». *Ethnos*. Lisboa. 1, p. 314.

1942 – Gruta artificial da Ermegeira. *Ethnos*. Lisboa. II, p. 449-459

1942 – O problema da origem das lúnulas. *Ethnos*. Lisboa. II, p. 464-467.

1942 – Homenagem ao Prof. José Leite de Vasconcellos – Discurso de Prof. Manuel Heleno. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa. 2ª Série. Tomo XVIII. 1 e 2, p.155-161.

[s.d.] – *Algumas palavras sobre Leite de Vasconcellos*. Lisboa: Tipografia da Oficina Gráfica casa Portuguesa.

1944 – O problema capsense: contribuição portuguesa para a sua revisão. *Ethnos*. Lisboa. III, p. 493-494.

1948 – Sarcófago romano da região de Vila Franca de Xira. *Ethnos*. Lisboa. III, p. 475-483.

1948 – Ainda a colher de Terrugem. *Ethnos*. Lisboa. III, p. 494 – 495.

1948 – Pesquisas e Atouguia da Baleia. *Ethnos*. Lisboa. III, p. 495 – 496.

1949 – O sarcófago romano de Castanheira do Ribatejo. *Las Ciências*. Madrid. Ano XIV, 2, p. 307 – 313.

1951 – Arqueologia de Elvas – Notícia preliminar. *O Archeologo Português*. Lisboa, N.S, I, p.83.

1953 – O tesouro da Borrallheira (Teixoso). *O Archeologo Português*. Lisboa. N.S, II, p.213-226

1953 – Notas sobre algumas estações da época lusitano-romana. *O Archeologo Português*. Lisboa, N.S., II, p.257-260

[s.d.] – L. Fulginius Trio, premier gouverneur de la Lusitania, sue une «Tabula Patronus». Em colaboração com Scarlat Lambrino. *Comptes Rendus de l'Academie des Inscriptions*.

1956 – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Archeologo Português*. Lisboa, N.S., III, p. 221 – 237

1956 – O Professor Henri Breuil. *O Archeologo Português*. Lisboa, N.S., III, p. 239-246.

1956 – Notas sobre algumas estações lusitano-romanas. *O Archeologo Português*. Lisboa, N.S., III, p. 247-249.

1956 – Os túmulos etruscos da quinta de Monserrate (Sintra). *O Archeologo Português*. Lisboa, N.S., III, p. 251.

1956 – Consolidação e restauro dos mosaicos de Conimbriga. *O Archeologo Português*. Lisboa, N.S., III, p. 253-255.

1958 – *Elogio do Professor Doutor José Maria Queirós Veloso*. Lisboa: [s.n.].

1960 – Elogio dos Drs. Panduronga Pissurlencar e Serafim da Silva Neto. *Arquivos da Universidade de Lisboa*. Lisboa, 1, N.S., p. 163-174.

1960 – Troia – Arqueologia Subaquática em Portugal. *Revista Portuguesa de Actividades Submarinas*. 1, p. 13-14.

1962 – Bosh Gimpera. *O Archeologo Português*. Lisboa, N.S., IV, p. 309-311.

1962 – A «Vila» lusitano-romana de Torre de Palma (Monforte). *O Archeologo Português*. Lisboa, N.S., IV, p. 313-338.

1965 – Estação lusitano – romana da Praça da Figueira. *Ethnos*. Lisboa, IV, p. 305-308.

1965 – Programa para a instalação do Museu Etnológico do Dr.º Leite de Vasconcellos na Cidade Universitária. *Ethnos*. Lisboa, IV, p. 63-74.

1966 – Elogio da Ciência. *Ethnos*. Lisboa, V, p. 521-528

1966 – Em defesa do património arqueológico da nação. *Ethnos*. Lisboa, V, p. 539-557

Prefácios de obras de outros autores:

ALVES, Olímpio Duarte (1934) – *Monte Real. Costumes e tradições das Torres de Ulmar*. Leiria.

VASCONCELLOS, J. A. Frazão (1942) – *Pilotos das navegações portuguesas dos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Casa Portuguesa.

Artigos publicados nos Jornais:

Liz (quinzenário), n.º 6, 6/5/1913. “Portugal e a Civilização”

O Mensageiro. Ano IV, n.º 194, 4/7/1918; n.º195, 12/7/1918; n.º196, 18/7/1918; n.º 197, 26/7/1918. “Antiguidades de Monte – Real”.

O Mensageiro. Ano IV. N.º 202, 30/8/1918; n.º 205, 20/9/1918; n.º206, 27/9/1918. “Os Paços de Monrel”.

Diário de Notícias. 22/1/1933. “O Museu Etnológico e a Arqueologia Nacional”.

Entrevistas publicadas nos Jornais:

Diário de Notícias. 28/3/1932. “A nacionalidade Portuguesa como agregado humano possuidor duma moral está defenida perfeitamente desde os tempos da pedra polida”.

Diário da Manhã. 29/1/1950. “Estão desfeitas as teorias segundo as quais os portugueses teriam as suas raízes em povos africanos”.

Cartaz. 15/11/1955. “Os primeiros elos luso-britânicos podem-se buscar na pré-história.

O Setubalense. 12/8/1958. “Sob giestas de Tróia”.

Diário da Manhã. 25/8/1958. “Nas areias de Troia”

República. 19/10/1959. “A arqueologia como outros ramos da ciência terá muito a ganhar com a investigação submarina”.

Cartas publicadas nos Jornais:

Diário de Notícias. 22/1/1933.

Diário de Notícias. 27/1/1933.

Diário de Notícias. 31/1/1933.

Diário de Notícias. 9/9/1937

Conferências proferidas, muitas das quais publicadas:

- “Um achado de moedas arábicas em Abrã”. 1934.

- “O tesouro de Baião”. 1938.

- “O monumento cupuliforme de Carenque (Belas)”. 1936.
- “Estação romana de Montalto”. 1936.
- “Notícia da recente descoberta de três estações arqueológicas.”
- “Notícia de algumas ossadas humanas e cerâmica encontradas em Famalicão”. Nazaré. 1938.
- “Estação lusitano-romana de Três Minas (Concelho de Vila Pouca de Aguiar)”. 1938.
- “Termas romanas no Tramagal”. 1938.
- “O problema da origem e desenvolvimento das construções megalíticas”. 1950.

4.4. Manuel Heleno e o megalitismo alentejano

Como se viu, a investigação realizada por Manuel Heleno foi, no seu conjunto, muito diversificada, tanto em termos espaciais como cronológicos. Os seus *Cadernos de Campo* contêm referências a sítios arqueológicos, desde o Paleolítico até ao período moderno, desde a Beira Litoral até ao Alentejo.

Muito à maneira da época, M. Heleno também escavou, sem qualquer elo de ligação aparente, monumentos e sítios de lhe pareciam interessantes e de que ia tendo conhecimento e autorização dos proprietários, de uma forma mais ou menos casuística.



Fig. 4.2. Santa Cruz 2 (Mora). 1: Vista actual; 2: Foto de Manuel Heleno.

No caso do megalitismo funerário alentejano, porém, a contenção espacial e a continuidade que imprimiu aos seus trabalhos, denotam uma preocupação de índole científica, aparentemente decalcada da experiência de Vergílio Correia que, como sabemos, terminou de forma pouco linear, devido, segundo parece, aos conflitos deste autor com Leite de Vasconcellos.

Em contrapartida, se, por um lado, os trabalhos de M. Heleno se enquadram razoavelmente nos paradigmas da arqueologia da sua época, por outro, as características específicas da sua personalidade e o papel institucional que representou, terão contribuído para a criação de uma imagem negativa, de que a escassez de publicações é certamente o elemento mais consistente.

Em última análise, os meios que, durante décadas, teve à sua disposição, permitem atribuir-lhe responsabilidades acrescidas; a publicação do *corpus*, resultante do elevado investimento efectuado, teria certamente introduzido, em tempo útil, dados importantes no debate científico sobre o megalitismo; a sua disponibilização tardia não lhe retira, porém, o mérito intrínseco proporcionado por um conjunto coerente e obtido, conforme teremos oportunidade de avaliar, de forma razoavelmente sistemática.

Excluindo visitas esporádicas que realizou anteriormente, nomeadamente a de 1923, com Leite de Vasconcellos, a Fronteira, o seu projecto inicia-se, no terreno, em 12 de Julho de 1930, com a escavação da anta da Talha 1 (Estremoz) e termina em 23 de Novembro de 1945, com a escavação da anta das Cabeças (Arraiolos).

A análise das datas das intervenções permite verificar a existência de duas fases nesta investigação, a primeira entre 1930 e 1939, em que é escavada a quase totalidade dos monumentos e, a segunda no ano de 1945, com a referida escavação da anta das Cabeças.

DATA ESCAVAÇÃO	Estremoz	Arraiolos	Mora	Coruche	Montemor
1930	Julho				
1931					Abril
					Maió
					Setembro
				Outubro	
				Novembro	Novembro
1933					Agosto
					Setembro
				Outubro	Outubro
		Novembro			Novembro
1934				Março	
				Abril	Abril
	Julho				
	Agosto				
	Setembro				Setembro
	Outubro				
1934			Novembro		Novembro
1935	Abril	Abril			Abril

					Maio
					Junho
1936					Setembro
					Outubro
1937		Setembro	Setembro		
		Outubro	Outubro		
1938			Fevereiro		Fevereiro
			Março		Março
			Abril		Abril
			Maio		Maio
1939		Março			
		Abril			
		Maio			
		Junho			
1945		Outubro			
		Novembro			

Quadro 4.1. Relação das intervenções realizadas.

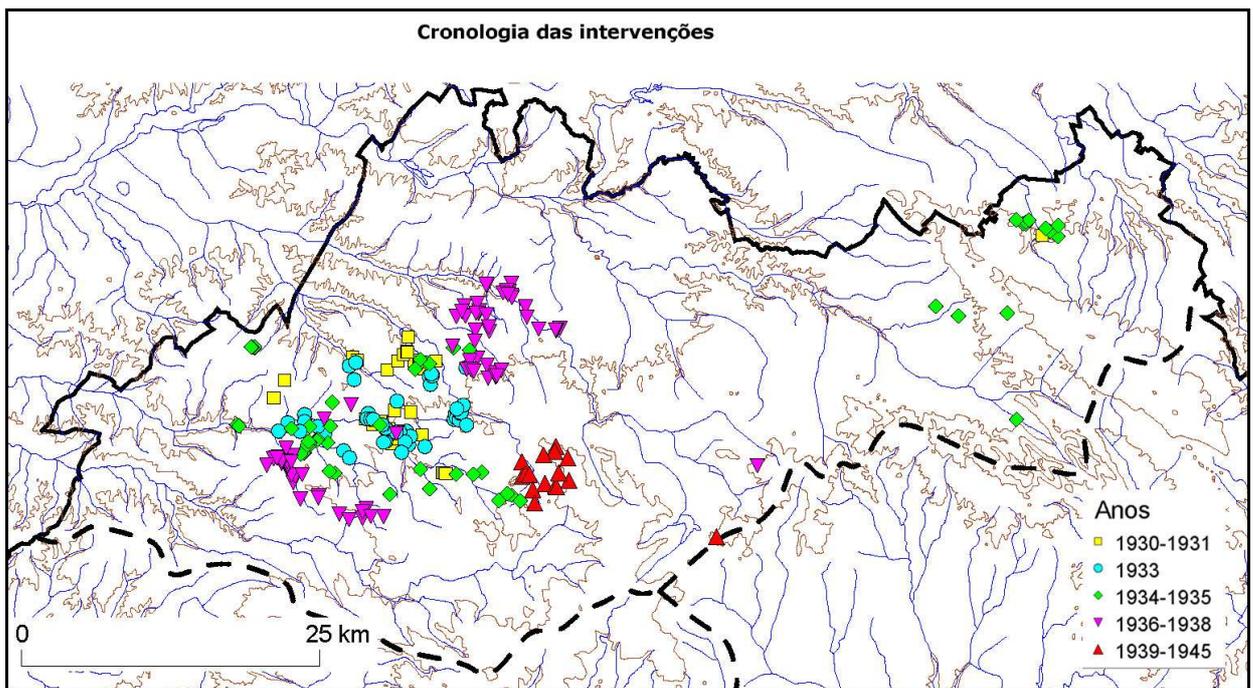


Fig.4.3. Representação cartográfica da cronologia das intervenções de Manuel Heleno, na parte Norte do Alentejo Central.

Tendo em conta o número de monumentos escavados, por ano, verifica-se que os anos de 1933, 1934, 1938 e 1931, são os que apresentam mais escavações, com 53, 47, 44 e 31 monumentos intervencionados, respectivamente. (ver Fig. 4.4.)

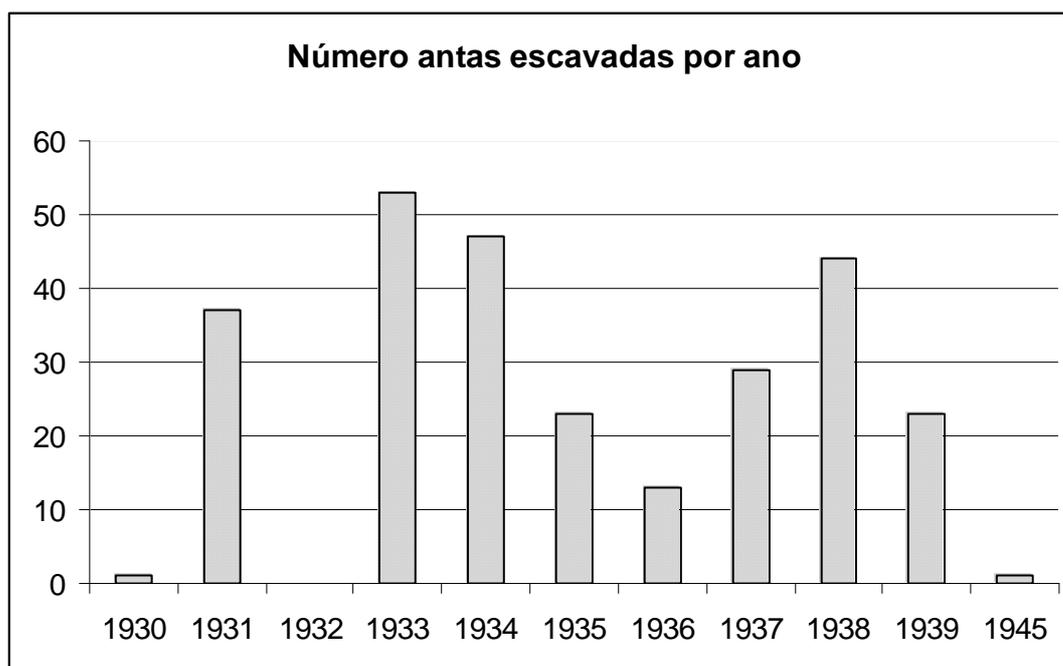


Fig. 4.4. Número de monumentos megalíticos escavados por ano.